



ANEXO II - ETP E TR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - INTRODUÇÃO

1.1. Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar, onde será avaliada a viabilidade de aquisição de um pulverizador agrícola de barras com tanque de 600 litros, para atender as necessidades pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente de Anaurilândia-MS. Bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MÁXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ 1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MAQUINA VAZIA: 255KG VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H	Unidade	01

1.2. Natureza do Objeto

1.2.1. Os itens do objeto no presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1 A presente aquisição propõe-se, atender as necessidades dos produtores da agricultura familiar, aproximadamente 470 famílias serão beneficiadas na pulverização de suas lavouras, objetivando melhor produtividade e aumento de renda, tendo em vista que o controle e manejo das pragas são de suma importância para atingir uma boa produção.



Desta forma a aquisição do objeto visa fortalecer a agricultura familiar e fomentar o desenvolvimento econômico e social na área rural do Município de Anaurilândia.

III - CONTRATAÇÃO ANTERIOR

Não há.

IV- PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Não há previsão da presente demanda em Plano Anual de Contratações, uma vez que o Município de Anaurilândia-MS somente elaborará PCA para as aquisições e contratação a partir do ano de 2024.

4.2 Os estudos Preliminares estão alinhados ao PPA - Plano Plurianual.

V- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Normativos disciplinadores:

- Lei Federal n.º 14.133/2021;
- Decreto Municipal n.º 1831/2023 – Dispensa de licitação;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Lei Federal n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Resolução TCE/MS n.º 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;
- Demais legislações correlatas.

5.2. Prazo e forma de entrega:

5.2.3. A entrega dos itens do referido objeto deverá ser feita, no local designado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários junto à contratada, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, após a assinatura do contrato.

5.3. Local e condições de entrega:

5.3.1 A entrega deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, em horário de expediente do Município das 07h00 min. às 13h00 min. Não haverá pagamentos adicionais para entrega do objeto licitado, sendo o valor total para aquisição previsto na proposta de preços ofertada.

5.3.1.1. Os itens do objeto deverão ser solicitados e entregues através de contato direto entre a empresa contratada e os representantes da Administração Municipal.



5.3.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante via e-mail, sistema, correios, transportadora, etc., conforme a necessidade da demanda.

5.4 Prazo e Condições de Garantia

Será aplicada as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

5.5. Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)

5.5.1. O pagamento, decorrente da entrega dos objetos será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à ENTREGA DO OBJETO, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

5.5.1.1. O documento de cobrança da CONTRATADA será a fiscal/fatura, na qual obrigatoriamente deverão constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

5.5.2. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5.3. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.5.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.5.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.5.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

5.5.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



5.5.8. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

5.5.9. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

5.5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.5.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

5.5.12. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.5.13. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

5.5.14. Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

5.6. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

5.6.1 A referida contratação terá vigência até 31/12/2024 a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da administração.

5.7. Habilitação

5.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



5.7.2. Para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;
2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. ° 77, de 18 de março de 2020.
6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

5.7.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;



5.7.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

5.7.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
3. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:
 - a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;
 - b) certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação - ICMS
4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.7.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

5.7.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.7.3.2. O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.7.4. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

5.7.4.1. Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.7.4.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

5.8. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

5.8.1. A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

5.8.2. Após a realização de pesquisa de preços, foi contatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação do objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.**



5.8.3. Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Micro empreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.8.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.8.5. A microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

5.8.5.1. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.9. DA SUSTENTABILIDADE

5.9.1. Para o fornecimento do material, objeto deste Termo de Referência, a contratada deverá observar no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG. A aquisição de pulverizador agrícola deve considerar os princípios da sustentabilidade para garantir o uso eficiente dos recursos, a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde pública, optando por modelos com motores de alta eficiência energética, que consomem menos combustíveis e emitem menos gases poluentes, como também deve se buscar equipamentos com sistemas de pulverização precisos, que minimizem o desperdício de agrotóxicos e que utilizem água com eficiência, minimizando o consumo de recursos hídricos, visando garantir a sustentabilidade na



compra e contribuindo para o desenvolvimento local de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

5.10. CONSÓRCIO

5.10.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

5.11. SUBCONTRATAÇÃO

5.11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

VI - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 O quantitativo estipulado para a presente aquisição foi feito com base na demanda e dos produtores que serão atendidos com a aquisição do objeto e assim atender as necessidades da Secretaria de Agricultura de Anaurilândia/MS.

VII - LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. O levantamento de mercado tem como objetivo auxiliar o Município de Anaurilândia na aquisição de um pulverizador agrícola, de acordo com as necessidades específicas do município, com informações sobre os diferentes tipos de pulverizadores disponíveis no mercado, seus preços, fornecedores e características técnicas.

7.2. Sendo assim, entendemos que as soluções possíveis para atender ao objetivo são as seguintes:

Solução 1: Aquisição de pulverizador agrícola automotor. **Analise:** A alternativa é inviável, esse tipo de pulverizador é indicado para grandes áreas de cultivo que não o caso, já que a aquisição visa atender as necessidades dos produtores da agricultura familiar, além de ser um modelo de custo elevado.

Solução 2: Aquisição do pulverizador agrícola de barras. **Analise:** A alternativa é viável, pois são os mais comuns e versáteis, podendo ser utilizado para aplicar diversos tipos de produtos químicos, como herbicidas, inseticidas e fungicidas, além de ser de menor custo, representando uma economia para os cofres públicos.



VIII - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para fins de definição do valor estimado, inicialmente foi realizada pesquisa no **portal de transparência de outros órgãos da Administração**, contudo, não foi identificado nenhum contrato com objeto compatível com o pretendido por esta Administração em razão da padronização com o descritivo do objeto.

8.2. Na sequência foi realizada pesquisa no **Sistema Banco de Preços**, contudo, também não foi identificado nenhum contrato com objeto compatível com o pretendido por esta Administração em razão da padronização com o descritivo do objeto.

8.3. Posteriormente, foi realizada pesquisa de Preço de Mercado com fornecedores dos itens do objeto do presente estudo, onde obtivemos o valor estimado da presente contratação.

01) Nome da Empresa: FALCÃO TRATORES E EQUIPAMENTOS LTDA			
CNPJ: 36.821.288/0001-02			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MAXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ .1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MAQUINA VAZIA: 255KG VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H	01	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00
		Total	R\$ 24.500,00



02) Nome da Empresa: DATTA DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AGRÍCOLA-LTDA			
CNPJ: 76.065.317/0003-30			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
PULVERIZADOR AGRÍCOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MAXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ .1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MAQUINA VAZIA: 255KG VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H	01	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
		Total	R\$ 32.000,00

03) Nome da Empresa: BORIN MÁQUINAS PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLA LTDA.			
CNPJ: 26.724.790/0001-41			
Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
PULVERIZADOR AGRÍCOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MAXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV	01	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00



<p>COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VIAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ .1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MAQUINA VAZIA: 255KG VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H</p>			
		Total	R\$ 18.000,00

8.3.1. JUSTIFICATIVA PESQUISA COM FORNECEDORES: Foi realizada pesquisa de preços com fornecedores, com o objetivo de identificar os preços praticados, para poder realizar uma pesquisa justa, levando em consideração que por ser um município pequeno e longe de grandes centros, os custos logísticos podem afetar no custo total da entrega do objeto, sendo assim uma pesquisa bem elaborada pode evitar que o item fique sem propostas, tendo a necessidade de um novo processo licitatório para aquisição do mesmo, gerando custos extras e atrasos nas entregas

Análise Crítica da Pesquisa

8.3.2. Para definição do valor estimado da presente contratação, tendo em vista a similaridade dos preços propostos pelos fornecedores e a busca da proposta mais vantajosa, a Administração utilizará como referência o preço médio entre as propostas apresentadas pelos fornecedores identificados na pesquisa.

8.4. O Valor total estimado é de **R\$ 24.833,33 (vinte e quatro mil e oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
<p>PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60.</p>	01	R\$ 24.833,33	R\$ 24.833,33



<p>BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MAXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV</p> <p>COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA.</p> <p>BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ .1.30 M.</p> <p>RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET.</p> <p>DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M.</p> <p>PESO MAQUINA VAZIA: 255KG</p> <p>VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H</p>			
		Total	R\$ 24.833,33

IX - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Analisando as alternativas disponíveis que atendam às necessidades da Administração Municipal, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento licitatório para aquisição de um pulverizador agrícola de barras, para utilização na agricultura familiar, que serão usados para controle de ervas daninhas, assim suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura de Anaurilândia/MS.

X - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

10.1. O objetivo da contratação será composto por 01 item, de preço total orçado pela administração, para fins de classificação, será considerado o **menor preço**.

10.2. Uma vez que as propostas apresentadas pelas empresas descrevem o produto por completo, sendo assim não ser economicamente viável o tal parcelamento.

XI - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Pretende-se adquirir o item descrito no Edital ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades dos pequenos produtores da agricultura familiar. Garantindo um bom andamento das atividades agrícolas, ajudando no controle de ervas (pragas), doenças e insetos de forma eficaz e eficiente.

XII - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



12.1. Não há.

XIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

13.1. Não há.

XIV - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

14.1. **Impactos Ambientais:** O uso inadequado de agrotóxicos e a deriva dos produtos durante a pulverização podem contaminar o solo e os recursos hídricos, afetando a qualidade da água potável e prejudicando a vida aquática. Podem envenenar os animais silvestres e domésticos, reduzir a biodiversidade com o uso excessivo de agrotóxicos eliminando insetos polinizadores impactando a biodiversidade do local e problemas de saúde em trabalhadores agrícolas e pessoas que vivem em áreas próximas às lavouras.

14.2. **Medidas de tratamento:** Adoção de manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIP): Estratégia que visa reduzir o uso de agrotóxicos através de um conjunto de medidas como monitoramento constante de pragas e doenças; Controle biológico com inimigo natural; Uso racional de agrotóxicos quando necessário; Práticas culturais que desfavorecem o desenvolvimento de pragas e doenças.

Implementação de Agricultura de Precisão: Utiliza tecnologias para otimizar a aplicação de insumos, como agrotóxicos, na medida certa e no local certo, reduzindo o desperdício e a contaminação ambiental. Uso de técnicas como Mapeamento de solo, GPS, drones e sensores que permitem uma aplicação mais precisa e eficiente.

Utilização de Agrotóxicos menos tóxicos: Priorizar agrotóxicos com menor impacto ambiental e à saúde humana; consulta a lista de agrotóxicos recomendados por órgão como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é fundamental.

Descarte correto das embalagens: Utilize os pontos de coleta específicos para embalagens de agrotóxicos, lave as embalagens vazias antes do descarte, seguindo as instruções do fabricante para garantir a segurança e evitar a contaminação do meio ambiente.

XV - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. A contratação deverá ser realizada através de **dispensa de licitação eletrônica**, com disputa pelo **menor valor por item**.



XVI - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO

16.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

XVII - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

17.1. Conforme fundamentação acima considera-se que a contratação é viável, além de ser necessária para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Anaurilândia – MS.

Anaurilândia – MS, 03 de Junho de 2024.

Elaborado por: Aprovado por:

Josilene Carvalho de Almeida

Elcio Alves Moraes
Secretário de Agricultura, Pecuária, Assuntos
Funditários e Meio Ambiente.



TERMO DE REFERÊNCIA

(Dispensa Eletrônica – Exclusiva ME-EPP-MEI)

I - OBJETO

1.1 O objeto do presente termo consiste na aquisição de um pulverizador agrícola de barras com tanque de 600 litros, para atender as necessidades pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente de Anaurilândia-MS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
1	PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MÁXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ 1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MÁQUINA VAZIA: 255KG VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H	Unidade	01

1.2 Natureza do Objeto

1.2.1. Os objetos do presente estudo são caracterizados como comuns, para os fins do disposto no inciso XIII do art.6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

II FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. Normativos disciplinadores:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Decreto Municipal nº 1.831/2023 – Dispensa de licitação;
- c) Lei Complementar nº 123/2006;
- d) Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- e) Resolução TCE/MS nº 88/2018 – Manual de Peças obrigatórias;
- f) Demais legislações correlatas.

4.2. Duração do contrato: (art. 105 da NLLC)

4.2.1 A referida contratação terá vigência até o dia 31/12/2024 a contar da data de sua assinatura.

4.3 Da Sustentabilidade

4.3.1. Para o fornecimento do material, objeto deste Termo de Referência, a contratada deverá observar no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG. A aquisição de pulverizador agrícola deve considerar os princípios da sustentabilidade para garantir o uso eficiente dos recursos, a proteção do meio ambiente e a promoção da saúde pública, optando por modelos com motores de alta eficiência energética, que consomem menos combustíveis e emitem menos gases poluentes, como também deve se buscar equipamentos com sistemas de pulverização precisos, que minimizem o desperdício de agrotóxicos e que utilizem água com eficiência, minimizando o consumo de recursos hídricos, visando garantir a sustentabilidade na compra e contribuindo para o desenvolvimento local de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

4.4 Consórcio

4.4.1. NÃO será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.

4.5 Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, o que poderia trazer prejuízos ao todo do objeto a ser executado.



V – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Prazo e forma de entrega:

5.1.1. A entrega dos itens do referido objeto deverá ser feita, no local designado pela Secretaria Municipal de Agricultura junto à contratada, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, após a assinatura do contrato.

5.2. Local e condições de entrega:

5.2.1. A entrega deverá ser de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, em horário de expediente do Município das 07h00 min. às 13h00 min. Não haverá pagamentos adicionais para entrega do objeto licitado, sendo o valor total para aquisição previsto na proposta de preços ofertada.

5.2.1.1. Os itens do objeto deverão ser solicitados e entregues através de contato direto entre a empresa contratada e os representantes da Administração Municipal.

5.2.2. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional à contratante via e-mail, sistema, correios, transportadora, etc., conforme a necessidade da demanda.

5.3 Prazo e Condições de Garantia

5.3.1. Conforme segue o Código de Defesa do Consumidor.

VI – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Condições e prazos de pagamento: (art. 141 e seguintes da NLLC)

7.1 O pagamento, decorrente da entrega dos objetos será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias do mês subsequente à ENTREGA DO OBJETO, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

7.1.1 O documento de cobrança da CONTRATADA será a fiscal/fatura, na qual obrigatoriamente deverá constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

7.2 Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.4 A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.5 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.6 A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

7.7 A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



7.8 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.9 O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

7.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11 Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.12 Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.13 Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

7.14 Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 A contratação deverá ser realizada através de **dispensa de licitação eletrônica**, com disputa pelo **menor preço por item**.

8.2. Habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.2 Para fins de **Habilitação Jurídica** deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;

II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III. Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição



do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.2.1 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

8.2.2.1.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

8.3 Para fins de **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referente ao imposto sobre operações relativas à



circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação – ICMS;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.3.1 As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.3.1.1 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.3.1.2 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.3.2 O fornecedor enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4 O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

8.4.1 Para pessoa jurídica, **certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.4.1.1 No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

8.5. Micro e pequenas empresas (art. 4 NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)

8.5.1 A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

8.5.2 Após a realização de pesquisa de preços, foi constatado que a presente contratação possui valor estimado abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação dos serviços objeto do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno**



Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.5.3 Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Micro empreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.5.4 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.5.5 A microempresa, empresa de pequeno porte ou micro empreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

8.5.5.1 A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

IX - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO

9.1 O Valor total estimado é de R\$ 24.833,33 (vinte e quatro mil e oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Descrição do Item	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
PULVERIZADOR AGRICOLA DE BARRAS COM TANQUE DE 600 LITROS MATERIAL: POLIETILENO; AGITAÇÃO DA CALDA: MECÂNICA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA LIMPEZA: CAPACIDADE 15L MATERIAL: POLIETILENO FILTRO DE SUCCÇÃO CAPACIDADE DE FILTRAGEM: 100L/MIN, MALHA 60. BOMBA DE PULVERIZAÇÃO: TIPO PISTÃO VAZÃO MAXIMA 75L/MIN, POTÊNCIA CONSUMIDA 4 CV COMANDO DE PULVERIZAÇÃO: VAR 2 VÍAS ALAVANCA. BARRAS: COMPRIMENTO: 12 M, ACIONAMENTO MANUAL, ALTURA DE TRABALHO ATÉ .1.30 M. RAMAL: MATERIAL MANGUEIRA, ESPAÇAMENTO ENTRE BICOS 50 CM PORTA-BICOS MONOJET. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 1.35M; LARGURA 1.55M; ALTURA 3.35 M. PESO MAQUINA VAZIA: 255KG	01	R\$ 24.833,33	R\$ 24.833,33



VELOCIDADE DE TRABALHO: PULVERIZAÇÃO: 2 A 6 KM/H			
		Total	R\$ 24.833,33

90.2 O detalhamento da pesquisa de preços, as memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços referenciais, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9.3 Para a aquisição pretendida, os gastos serão suportados pela seguinte dotação orçamentária:

01.004.18.541.0018.2010.449052.000000. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

X - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

10.1.2 Receber os serviços objeto da contratação no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

10.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

10.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



10.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

10.1.11 Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

10.2. São obrigações do CONTRATANTE:

10.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.4 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.6 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.2.7 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), se for o caso. A comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).;



10.2.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.2.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.13 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XI - CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO

11.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, (Lei de acesso à informação), o presente Estudo não se classifica como sigiloso.

Anaurilândia – MS, 04 de Junho de 2024.

Elaborado por:

Aprovado por:

Josilene Carvalho de Almeida

Elcio Alves Moraes
**Secretário Municipal de Agricultura,
Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio
Ambiente.**